



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO.

Janini Paula da Silva¹

Janini_silva@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
Brasil

Kátia Silva Cunha²

kscunha@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA
Brasil

¹ Professora da Educação Básica. Graduada em Pedagogia pela UFPE. Especialista em Recursos Humanos para Educação pela FAFIRE. Mestra em Educação Contemporânea pela UFPE/CAA.

² Doutora em Educação. Professora do Núcleo de Formação Docente da UFPE/CAA, Pós-doutoranda sob supervisão de Alice Casimiro Lopes no Proped/UERJ.

RESUMO: A partir da perspectiva teórica pós-estruturalista, o presente trabalho faz uso da Teoria do Discurso como ferramenta teórico-analítica para uma melhor compreensão das concepções que envolvem o termo Educação do Campo. Esse movimento se firma enquanto proposta, não apenas numa mudança ideológica e discursiva, mais também de posicionamentos políticos que lhe confere representar coletivos e colocar-se na categoria de significante vazio, agregando demandas e articulações discursivas, a fim de encontrar lugar nas fissuras da hegemonia estabelecida. Para analisarmos a Educação do Campo à luz da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, faremos uso de categorias imprescindíveis à compreensão do tema, como articulação, formação discursiva, demanda, equivalência e diferença, significante vazio e hegemonia. Nossos estudos e análises nos levam ao entendimento de que os processos articulatórios originam as formações discursivas e no caso do tema em estudo - Educação do Campo - articulações que também são políticas e que se constituem no esforço de várias lutas para que uma nova hegemonia possa ser constituída. Por entendermos que os espaços políticos e sociais sofrem contínuas redefinições não existe a possibilidade de fechamento, tornando a abertura do social, condição *sine qua non* a toda prática hegemônica. E mesmo que o espaço social atinja um ponto de sutura, esse fechamento será sempre contingente, provisório, parcial e precário.

ABSTRACT: From the post-structuralist theoretical perspective, this paper uses Discourse Theory as a theoretical-analytical tool for a better comprehension of the conceptions that involve the term Field Education. This movement is a proposition of not only ideological and discursive change, but also of political standings that allow it to represent groups and place itself in the category of an empty significant, aggregating demands and discursive articulations, in order to find a place in the fissures of the established hegemony. To analyse Field Education in light of the Discourse Theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, we will make use of fundamental categories to the understanding of the theme, as articulation, discursive formation, demand, equivalence and difference, empty significant, and hegemony. Our studies and analyses lead us to the understanding that the articulatory processes originate the discursive formations, and in the case of the study theme – Field Education – articulations that are also policies and that are constituted in the effort of various struggles so that a new hegemony may be constituted. Since we understand that political and social spaces suffer continuous redefinitions, there is not the possibility of closure, making the opening of the social a *sine qua non* condition of all hegemonic practice. And even if the social space achieves a point of suture, this closure will always be contingent, provisory, partial, and precarious.

Palavras-chave: Educação do Campo; Teoria do Discurso; Hegemonia.

Keywords: Field Education; Discourse Theory; Hegemony.

I. INTRODUÇÃO

As concepções que envolvem o termo Educação do Campo enquanto um movimento que tem se construído e constituído historicamente, busca distinguir-se dos princípios que identificam a Educação Rural, enquanto proposta que não se faz apenas em termos de nomenclatura, mas que se firma numa mudança discursiva, logo política, conferindo ao termo representar coletivos que lutam por um novo projeto de vida, de trabalho e de educação para o meio rural.

Entendemos a partir desse contexto, a Educação do Campo como um significante vazio, que ao conseguir agregar demandas de diversos coletivos através de articulações discursivas, consegue suspender temporariamente suas diferenças a partir de um discurso unificador e encontrar lugar nas fissuras da hegemonia estabelecida, ocupando o lugar vazio do espaço social e dando origem a uma nova hegemonia. Fato que nos possibilita orientar nossas análises por meio da Perspectiva Pós-fundacionalista, com base na Teoria do Discurso, visto que, esta trabalha com a formação de novas hegemonias por entender o caráter aberto do espaço social, onde as fixações são sempre contingentes, parciais e precárias. “O conceito de hegemonia preenche um espaço deixado vazio por uma crise [...] Por esse motivo, a hegemonização de uma tarefa ou conjunto de forças políticas pertence ao campo da contingência histórica” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 109).

De acordo com Laclau e Mouffe, o conceito de hegemonia é um terreno marcado pela categoria articulação, e sendo a articulação uma prática, ela implica a presença separada de elementos que ela própria enquanto prática, articula ou recompõe (Idem, 2015). Assim entendemos que a prática articulatória busca cumprir a função de construir e também organizar as relações sociais.

Uma prática articulatória³ tenta estabelecer relação entre os elementos a partir de um movimento, onde sua identidade seja modificada e a estrutura que resulte desse movimento

³ É o que constitui e organiza as relações sociais. Uma prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, conseguem articular-se entre si, tornando-se momentos em uma dada articulação estabelecida, de forma que, no limite, esses elementos não deixam de continuar sendo elementos e que, contingencialmente, tornam-se momentos em uma determinada prática articulatória.

transforma-se em discurso. Assim, as posições diferenciais que encontram o ponto de articulação no interior do discurso são apontadas por Laclau e Mouffe como “Momentos” e as posições diferenciais que não conseguem um ponto de articulação discursiva, mas que suspendem temporariamente suas diferenças para que a prática da articulação possa acontecer e conseqüentemente a formação discursiva, são apontadas como “Elementos”.

Desta forma, compreendemos que sempre existirão fissuras no espaço social que nunca serão totalmente e definitivamente suturadas, porque os elementos nunca sofrerão um processo completo e definitivo de transformação que os torne em momentos, mas é justamente essa impossibilidade que desprotege a identidade social no exterior discursivo, que torna possível a prática articulatória.

Desta forma, entendemos o Movimento da Educação do Campo colocando-o no lugar vazio do espaço social, uma vez que, ao ser discutido num âmbito mais alargado consegue agregar demandas de diversos coletivos – trabalhadores rurais, ribeirinhos, camponeses, indígenas, quilombolas -, através de um discurso que consegue simplificar esse espaço social.

O discurso, nesse sentido, assume a responsabilidade de representar uma série de demandas particulares que representam esses diferentes coletivos. Esses sujeitos que compõem a Educação do Campo ao se identificarem com tal discurso que enfatiza suas singularidades e secundariza suas particularidades, sentem-se contemplados e representados por tal projeto. Sendo necessário lembrar que esse movimento lida com relações contingentes, parciais e precárias, onde “o caráter incompleto de toda totalidade necessariamente nos leva a abandonar como terreno de análise, a premissa da ‘*sociedade*’ como uma totalidade suturada e autodefinida” ((LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 185). E ainda, “Uma concepção que negue qualquer abordagem essencialista das relações sociais também deve afirmar o caráter precário de toda identidade e a impossibilidade de fixar o sentido dos “elementos” em qualquer literalidade última” (Idem, 2015, p. 167).

Para os referidos autores a noção de discurso é a base primeira para formulação de sua teoria política. Um discurso que não se faz apenas na combinação de fala e escrita, porque estes são apenas componentes externos da totalidade, mas um discurso que seja a combinação de elementos linguísticos e extralinguísticos resultantes do processo de articulação.

À luz da Teoria do Discurso, trazemos como intenção principal em nossa discussão teórica, lançar um olhar analítico sobre o Movimento da Educação do Campo, entendendo-o dentro de um contexto histórico que nos faz percebê-lo como um tendencial significativo vazio, por trazer nas bases de formação uma articulação discursiva capaz de agregar diferentes demandas em torno de um discurso unificador que lhes garantam representatividade e encontre espaço de luta nas fissuras da hegemonia estabelecida.

II. EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO

A Educação do Campo ao apresentar-se como um movimento que representa diversas identidades, individuais e coletivas, precisa unir forças em torno de um discurso aglutinador para constituir representatividade suficiente frente a seu principal opressor - no caso o próprio Estado -, que historicamente negligenciou direitos à população que vive no meio rural, principalmente no que tange a educação. Mesmo reconhecendo que estas identidades possuem demandas específicas, seus pontos diferenciais precisaram ser postos em segundo plano para que um ponto nodal possa ser estabelecido a partir de uma cadeia de equivalência. Esse discurso centralizador, ao articular essas demandas, consegue contemplar, mesmo que contingencialmente, as lutas mais gerais dessas identidades.

Nesse sentido, percebemos que a construção discursiva é uma construção fundamentalmente política que se desenvolve em torno do significante Educação do Campo, trazendo características que não se fazem apenas na linguagem ou discurso que se esgote apenas no falado ou no escrito, mas que se transformem em prática, em ação, uma vez que, discurso reúne linguagem e ação numa relação sistemática.

Esta totalidad que incluye dentro de sí a lo lingüístico y a lo extralingüístico, es lo que llamamos de discurso. Em um momento justificaremos esta decisión: pero lo que debe estar claro desde el comienzo es que por discurso no entendemos una combinación de habla y de escritura, sino que, por el contrario, el habla y la escritura son tan sólo componentes internos de las totalid (LACLAU, 1990.p.114).

E mais,

O discurso é o resultado de uma prática articulatória. Esta, por sua vez, estabelece-se a partir da relação entre elementos (diferença), os quais, durante a articulação, passam para o status de momentos. Compreender o processo articulatório é decisivo para o entendimento da noção de que é pelo discurso – e não antes e tampouco fora

dele – que as identificações sociais são constituídas. Desta forma, para Laclau, não podemos considerar grupos definidos a priori como portadores de discursos prontos, mas devemos considerar discursos constituidores de grupos específicos (MENDONÇA, In Lopes e Mendonça (org.), 2015, p. 76).

O autor tenta nos fazer entender que são as identificações sociais constituídas pelo discurso, sendo este um processo articulatório de muita importância, pois de acordo com o referido autor não são os atores sociais que dão origem ao discurso, mas sim o discurso que constitui a posição do sujeito como atores sociais. Isso implica dizer que “o sentido não está na coisa, objeto, ação ou processo, que o sentido pode ser outro, pode ser transformado, a partir de sua constituição numa determinada formação discursiva” (CUNHA, 2013, p. 268).

Por isso a Educação do Campo precisa ser entendida não apenas a partir de sua existência no campo, mas principalmente a partir das formações discursivas, que carregam concepções de um movimento historicamente constituído e que caracterizam e afirmam a existência dos coletivos que constituem esse movimento. Assim, a simples existência do termo Educação do Campo não lhe garante sentido por que não daria conta de expressar sua dimensão. “O que se nega não é que tais objetos existam externamente ao pensamento, mas antes a afirmação bastante diferente de que eles próprios possam se constituir como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 181).

Assim, primeiramente para Laclau, a noção de discurso vai além de qualquer constatação meramente realista dos objetos, ou seja, não é possível afirmarmos o princípio do realismo que prevê a existência totalmente independente de nossa vontade. A simples existência de algo não exaure o seu sentido, ou seja, algo não é o que é simplesmente por existir. Nesse sentido, qualquer coisa que nomeamos, que conhecemos não é apenas algo com um nome, mas uma existência dotada de um ser. Isso quer dizer que os objetos têm, além da inegável existência material, sua dimensão de sentido (MENDONÇA, 2015, p. 75)

De forma que, a existência do termo Educação do Campo fora das formações discursivas que o envolve não teria sentido, apenas uma existência que não representaria suas concepções e princípios e que não caracterizariam diferenças da Educação Rural. São as formações discursivas que se desenvolvem em torno de algo que atribuem sentido a esse ser no mundo, a sua existência. Tal dimensão de sentido é constituída a partir dos processos de articulação que originam formações discursivas e conseqüentemente as articulações políticas constituídas a partir de um esforço de várias lutas, mas que seu efeito não aparece de

imediatamente, pois requer esforços individuais e coletivos para que uma nova hegemonia possa ser construída.

E principalmente, porque tais esforços precisam encontrar sentido para suas mobilizações no que tange as transformações da atuação do Estado, pois do contrário suas lutas se desmobilizam, desagregam e se esvaziam de sentido. É exatamente a partir do sentido encontrado por tais mobilizações que se constituem o que podemos chamar de subjetividades, formações de novas identidades que se estabelecem a partir do processo discursivo de articulações políticas em meio às lutas que se estabelecem frente às relações de poder.

As formações discursivas⁴ que se desenvolvem em meio a essas relações tornam-se possíveis à medida que, compreendemos que uma totalidade nunca está suturada, possibilitando assim o campo das articulações. E sendo a formação discursiva um conjunto articulado, ela representa um conjunto de identidades individuais e coletivas heterogêneas, com posições de sujeitos diferentes, com discursos diferentes, mas que se hegemonomizam através de um discurso articulador dentro do espaço social, que mesmo embora não esteja fechado, consegue organizar-se de tal forma a produzir certos posicionamentos sobre os sujeitos que nele se constituem. Ou seja,

Uma formação discursiva não é uma espécie de coleção amorfa de discursos. Ela possui uma ordem, ela é uma orientação, um sentido, e agora não em termos de significado, mas de direção para esses acontecimentos. Trata-se de um campo de Práticas. Mas a ordem que produz não se define pela distribuição homogênea e ubíqua de traços e características comuns. Como diz Foucault, trata-se antes de uma regularidade em dispersão: o discurso define regras de produção de sentido que permitem um indefinido (embora finito) de enunciados e ações (BURITY, In Mendonça e Rodrigues, 2014, p. 67).

O que se pretende dizer é que devido às diferentes posições dos sujeitos e coletivos que envolvem nosso objeto de análise, em uma formação social pode haver diversas formações ideológicas e conseqüentemente diversas formações discursivas, porque ao aproximarmos-nos de sua realidade, identificamos seu caráter heterogêneo, que envolve sujeitos e coletivos em diferentes construções históricas, mas que através de um ponto articulador, que não ocorre ao acaso, uma vez que suas histórias encontram-se singularizadas

⁴ Noção básica da Análise do Discurso que permite compreender o processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica, constituindo um sentido e não outro para aquilo que o sujeito diz.

em um determinado discurso capaz de falar em nome dos demais, as diferenças que permeiam o campo da heterogeneidade conseguem ser temporariamente suspensas, de forma que tais sujeitos e coletivos identifiquem-se a essa formação discursiva unificadora e sintam-se contemplados por este projeto.

O Movimento da Educação do Campo encontra-se dentro deste processo de formações e articulações discursivas conduzindo nossas análises a identificá-lo na categoria de significante vazio, pois apesar de seu caráter heterogêneo, consegue agregar formações discursivas por meio de um discurso articulador, no intento da realização de seu projeto educacional.

O significante Educação do Campo carrega como bandeira de luta exigências que dizem respeito às especificidades – uma educação que valorize a história de vida, lutas, trabalho e formas de produzir do povo camponês e que concilie os saberes formais da escola com os produzidos na experiência local -, para que sua consolidação como projeto histórico se concretize. Embora essas demandas tendam a surgir de forma isolada, elas iniciam um processo de articulação que estabelecerá uma relação de equivalência.

A partir do momento que suas demandas – como o respeito à diversidade do campo, constituição de políticas públicas que considere a diversidade dos povos do campo, entender a educação como realizável em tempos e espaços de formação dentro e fora da escola, a formação docente específica e continuada para os educadores das escolas do campo, entender o trabalho e a pesquisa como um princípio educativo -, começam a se articular e transformam-se em cadeias de equivalência começam a construir também sujeitos como atores sociais que são também históricos. Para isso é preciso unificar uma pluralidade de demandas no interior da cadeia de equivalência, construir uma fronteira interna, que venha a dividir a sociedade em dois campos e consolidar a cadeia de equivalência através da construção de uma identidade popular que seja maior do que simplesmente a soma dos laços de equivalência (LACLAU, 2013).

De acordo com o referido autor, uma demanda que tenha sido atendida ou não, mas permaneça isolada é denominada de demanda democrática, enquanto que várias demandas que se articulam através de cadeias de equivalências constituindo subjetividades sociais mais amplas são denominadas demandas populares. Porém, a recorrente frustração dessas

demandas sociais gera um movimento onde as demandas democráticas isoladas caminhem em direção as demandas populares de equivalência. E assim, uma das primeiras formas de emergência da heterogeneidade é quando uma demanda social não consegue ser atendida no interior do sistema e se a maioria das demandas não forem atendidas, a estrutura simbólica começa a se desintegrar (Idem, 2013).

O movimento que se desloca das demandas democráticas para as demandas populares pressupõe uma pluralidade de posições. As demandas, isoladas no início, emergem em diferentes pontos do tecido social, e a transição para uma subjetividade popular consiste em estabelecer um laço de equivalência entre elas (Ibidem, 2013, p. 140).

O Movimento da Educação do Campo, constituído dos vários coletivos que se encontram legitimados no art. 1º do Decreto 7.352⁵, carrega a concepção formada por uma série de demandas que vão além da luta pela terra - sua principal bandeira, mas a necessidade de outras demandas como direito a saúde, moradia digna, valorização de sua cultura, justiça social, direito de permanecer em seu chão com acesso aos recursos necessários para dele retirar seu sustento e principalmente uma educação de qualidade, que atenda aos diferentes aspectos socioculturais dos diferentes coletivos que se encontram institucionalizados nos documentos legais.

Embora não exista apenas uma educação do campo, o particularismo que diferencia suas lutas e reivindicações consegue expressar certa homogeneidade através das equivalências, deixando de expressar, puramente, interesses particulares em determinados momentos históricos e que se desenvolvem a partir de articulações equivalenciais, atingindo um ponto nodal e constituindo-se como sujeitos-autores de suas próprias histórias.

A Prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188 – grifos dos autores).

Para os autores, os pontos nodais se constituem a partir da construção de pontos discursivos privilegiados que intencionam dominar o campo da discursividade e construir um centro. Para que isso ocorra é preciso que o campo das diferenças seja dominado, mesmo que

⁵ Decreto que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

parcialmente, e que essas diferenças sejam suspensas, mesmo que temporariamente, para que o discurso seja capaz de gerar qualquer fixação de sentido, mesmo que de forma precária, devido à incompletude do espaço social.

Pontos nodais se estabelecem a partir da organização de um discurso centralizador, um discurso que consegue representar outros discursos ou outras identidades que até então estavam dispersas. São pontos nodais porque conseguem fixar sentidos nos discursos e articular elementos dispersos mesmo que sempre de forma parcial, precária e contingente, pois não há como prever ou determinar que esses discursos ou grupos sociais possam articular outros discursos ou grupos sociais, uma vez que, existem disputas entre os vários discursos dispersos no campo da discursividade⁶.

A identidade para constituir força suficiente para lutar contra o seu opressor precisa inexoravelmente tornar-se algo além de sua mera particularidade para que esta consiga tornar-se um ponto nodal constituinte de uma cadeia de equivalências que reúna uma série de demandas da comunidade. Ocorre que, ao articular tão variadas demandas, este novo discurso, em nosso caso, o discurso democratizante, articula uma série de outras demandas particulares que vêm suas possibilidades de lutas particulares aumentadas a partir desta luta mais geral (MENDONÇA, 2014, p. 89).

Contexto que traduz de forma clara nosso objeto de análise. Pois para que a identidade do Movimento da Educação do Campo pudesse constituir força frente ao descaso do poder público em relação à oferta de uma educação de qualidade a população do campo, precisou suspender temporariamente suas particularidades para encontrar um ponto nodal que agregasse suas demandas, e dentro de um movimento cíclico, essas demandas vão originando outras demandas que vêm suas particularidades ganhar força ao se articularem dentro de uma luta maior.

III. À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Com base em nossas discussões anteriormente estabelecidas torna-se necessário deixarmos claro que a cadeia de equivalência constituída a partir do estabelecimento desses pontos nodais não tem como intenção eliminar, tão pouco domesticar o campo das diferenças, ao contrário, é de fundamental importância que sua existência permaneça, mesmo representando uma relação tensa. “... a equivalência e a diferença são incompatíveis entre si.

⁶ Terreno onde diferentes discursos se articulam, disputando sentidos para construção de uma nova hegemonia.

Elas, no entanto, precisam uma da outra como condição necessária para construção do social. O social nada mais é do que o *locus* dessa irreduzível tensão” (LACLAU, 2013, p. 133). Sendo assim o porquê de o autor afirmar que há um caráter ambíguo atravessando essa relação, uma vez que é preciso que os termos sejam diferentes para que a equivalência possa se estabelecer. Ou seja, a equivalência trabalha a partir das diferenças.

Essa organização nos leva a perceber que a lógica da equivalência busca simplificar o espaço social enquanto que a lógica da diferença trabalha para acentuar e expandir sua complexidade, mas apesar de seus caminhos parecerem antagônicos, nenhuma das duas cadeias intenciona a construção de um espaço fechado, rígido, suturado.

Quando analisamos a Educação do Campo identificamos que este movimento carrega em si uma série de demandas populares. Essas demandas populares articuladas a partir de um discurso central que representa as especificidades dos coletivos que constituem este movimento e formam as cadeias de equivalência, quanto mais extensa, menos ligada às demandas particulares se fará. “Pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais muito heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um significante que tende a ser vazio” (Idem, 2013, p. 154). O que nos leva a perceber que se determinado grupo, coletivo, indivíduo, traz objetivos específicos, mas que são fracos politicamente, precisam inscrever suas demandas junto a ações de grupos maiores para ganhar força.

Na medida em que essas cadeias de equivalências vão se tornando mais extensas os sentidos que permeiam as demandas particulares se fragilizam para que um ponto essencial possa entrar em cena, no caso os significantes tendencialmente vazios, que são os responsáveis pela construção de toda subjetividade popular. Os significantes vazios são os responsáveis por hegemonizar o espaço social que trazem como característica primeira a heterogeneidade. Isso ocorre a partir da articulação entre as demandas insatisfeitas, que antes se encontravam isoladas em suas particularidades, e encontram um ponto discursivo central a partir das cadeias de equivalência.

É preciso, ainda sim, que alguma identidade assuma o caráter de representar o lugar vazio que é o universal; este somente pode ser preenchido num contexto sócio histórico contingente e que tem seus efeitos, ainda que por longo tempo, gravados com a marca da

precariedade. O lugar vazio do universal deve necessariamente ser preenchido por uma particularidade, mas que, ao assumir essa tarefa de representar, de encarnar uma plenitude ausente, desde já, perde grande parte de sua característica particular. Dito de outra forma:

O mundo é significado de diferentes maneiras, remete a dimensões contextuais, a lutas políticas que se sobrepõem, se interpenetram e se antagonizam. Há articulações em muitas dessas lutas, inimigos comuns são nomeados para serem combatidos em determinadas situações – o neoliberalismo, a direita, a globalização, os de cima, os ricos, o capital estrangeiro, o grande capital nacional, o capital financeiro, os homofóbicos, os que destroem o meio ambiente, os machistas, a educação instrumental e tantas outras enunciações –, mas não estaremos sempre juntos em todas essas lutas. (LOPES e BORGES, 2015, p.503)

Em outras palavras, o processo articulatório possibilita que um discurso seja capaz de articular uma série de diferenças que antes não estavam articuladas entre si, pois é capaz de suportá-las em torno de um objetivo que passa a ser contingencialmente comum, mas sempre haverá uma particularidade, algo em que “não estaremos sempre juntos em todas as lutas” não há um particular a ser universalizado de uma vez por todas. Assim, “[...] O discurso que unifica esses grupos insatisfeitos é aquele capaz de se antagonizar com a situação autoritária: um discurso pela democratização do Estado” (MENDONÇA, 2014, p. 88).

A identidade educativa, ideológica e política que a Educação do Campo vem constituindo, ocupa o lugar vazio do espaço social. Para tanto é necessário articular as diferenças que antes estavam dispersas. O discurso que unifica essas diferenças, mesmo que marcado pela parcialidade e precariedade, é o mesmo discurso que se antagoniza ao discurso do seu opressor. Dentro desse contexto é possível identificar o movimento de amplitude, quando a representatividade da cadeia de demandas se torna maior, mas também o movimento de retração, quando os conteúdos particularistas são secundarizados.

Em nosso entendimento o Movimento da Educação do Campo assumiu esse lugar vazio do espaço social, apresentando-se como uma identidade que viria a representar o universal num determinado contexto histórico, mesmo considerando suas fissuras e impossibilidade de fechamento, porque seus efeitos são contingentes, parciais e precários. Os coletivos que constituem a Educação do Campo perdem parte de suas características particulares e aglutinam-se entorno de um discurso capaz de articular suas diferenças, esse discurso consegue unificar as insatisfações dispersas pelo antagonismo e através de palavras e ações que transferem materialidade ao discurso, a Educação do Campo assume o lugar vazio

do espaço social transformando-se num significante vazio. Porque apesar dos particularismos que diferenciam suas lutas e reivindicações percebemos o estabelecimento de certo nível de homogeneidade de equivalências.

A Educação do Campo ao mesmo tempo em que se apresenta como significante vazio, uma vez que, consegue aglutinar diversos coletivos, a partir de um discurso central unificador, esses sujeitos e coletivos, mesmo embora, sejam perpassados por diferentes posições, porque possuem diferentes entendimentos sobre as concepções de Educação do Campo, quanto à suas histórias, lutas, realidade de vida e relações com a terra, consegue ainda assim, deixar em segundo plano suas diferenças, suspendendo temporariamente os pontos que os antagonizam.

A partir de então, conseguem - articulando-se através das cadeias de equivalências, estabelecer pontos nodais que intencionam fixar, mesmo que de forma contingente, parcial e precária, - o estabelecimento de uma nova hegemonia. Dessa forma a hegemonia cumpre um papel de preenchimento parcial e precário do sentido de estabelecimento da ordem, o que num contexto específico, consegue preencher-se de um conteúdo que abarca outros conteúdos além de seus particularismos e preencher provisoriamente o espaço vazio (MENDONÇA, 2015).

Em relação ao que tange a Educação do Campo como um possível significante flutuante, percebemos a partir das diferentes concepções que emanam dos movimentos sociais do campo e do Estado neoliberal tendencioso as diretrizes do capitalismo e do mercado internacional, que seus antagonismos não encontram pontos de convergência, e o caminhar em direção comum exige uma incansável militância e constante disputa no campo das lutas sociais para adquirir legitimidade através das políticas públicas, dessa forma é que defendemos um projeto em direção à maior justiça social e à diminuição de desigualdades, onde a “educação é um dos espaços sociais pensados para a realização dessa crítica e talvez um dos mais importantes espaços pensados para formar esse sujeito emancipado, autônomo, racional, político.”(LOPES E BORGES, 2015, p.501)., mas ainda assim não há certeza nem sobre a mudança pretendida, nem a formação emancipadora requerida, mas essa ausência de certezas não é desmobilizadora, antes nos constrange a luta e assumirmos uma responsabilidade. Segundo Derrida (2006), ser “responsável por”

(...) é uma condição de possibilidade/ impossibilidade de nos implicar com, de sermos responsáveis por aquilo que é a radical tomada de decisão. Uma tomada de decisão sobre algo impossível de ser antecipado. Em síntese, nós somos responsáveis pela formação que produzimos. Limitados, discursivamente

subjetivados, inseridos em relações de poder assimétricas, mas ainda assim responsáveis. Este é nosso fazer, nosso contexto. (LOPES E BORGES, 2015, p.504).

Para tanto, esse campo de reflexão nos conduz a compreender as diferentes posições em relação à educação que deve ser ofertada aos povos do campo – não apenas a compreensão do Estado em contraposição à compreensão dos movimentos sociais do campo -, mas também o entendimento de diferentes tipos de Educação do Campo que se desenvolvem dentro dos próprios movimentos sociais, devido às diferentes posições trazidas pelos sujeitos e coletivos que compõem legalmente este movimento.

IV. REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. Ministério da Educação (BR), Conselho Nacional de Educação. Decreto Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010: **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Brasília (DF); 2010.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeitos na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In Daniel de Mendonça, Léo Peixoto Rodrigues (organizadores). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2. ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CUNHA, Kátia S. A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo das políticas públicas. *Estudos Políticos*, 2013/02, nº 7, pp 257 – 276.

DERRIDA, Jacques. **Dar la muerte**. Buenos Aires: Paidós/Surcos, 2006.

LACLAU, Ernesto (1935-2014); Mouffe, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. / Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral – São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. (Coleção Contrassensos).

_____. **A razão populista**: tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Três Estrelas, 2013. Título original: *On populist reason*

_____; Mouffe, Chantal. **Posmarxismo sin pedido de disculpas**. In: Laclau, Ernesto (Orgs.). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1990. P. 111 – 148.

LOPES, Alice Casimiro; BORGES, Verônica. Formação docente, um projeto impossível. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157, p. 486-507, jul./set. 2015a.

MENDONÇA, Daniel. Pensando (com Laclau) os limites da democracia. In Lopes e Mendonça (organizadores). **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau**. 1ª Ed. São Paulo: Annablume, 2015.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

_____.Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In Daniel de Mendonça, Léo Peixoto Rodrigues (orgaizadores). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2. ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.